

ENTREVISTA COM TALÍRIA PETRONE¹

RCJ: Considerando o histórico de rupturas institucionais na América Latina ao longo do século XX, como analisa a democracia na sua conjuntura contemporânea?

Talíria Petrone – A formação moderna da nossa sociedade, tratando-se de países da América Latina, vem carregada de uma herança colonial. O resultado disso é que a maior parte do nosso povo vem sendo deixada à margem da cidadania. Negros e negras, indígenas, mulheres sempre foram objetos do Estado e do Direito, mas nunca sujeitos.

Dizendo isto eu não estou esquecendo da classe trabalhadora. Pelo contrário, algo que venho repetindo muito por aí é que não podemos mais trabalhar com um conceito abstrato de classe trabalhadora, a nossa classe tem cor, tem gênero, tem território, tem sexualidade, essa é a nossa classe concreta.

Pois bem, essa frágil democracia, que demorou a chegar até nós e que ainda assim não chegou até todos e todas - não chegou nas favelas, por exemplo. Essa frágil democracia agora escorre pelos dedos. Governos que ensaiaram dar alguma representatividade, ainda que limitada, a sujeitos historicamente excluídos, estão sofrendo em todo continente golpes institucionais.

O que estamos assistindo há algum tempo é uma retomada de poder de setores do capital que não estão dispostos a negociar. Não há espaço para nenhuma representatividade, não há espaço para uma política de conciliação de classes, a hora é de garantir o acúmulo de capital, colocando a crise na conta da classe trabalhadora.

RCJ – Como vê o Brasil nesse cenário e em termos de estabilidade ou instabilidade institucional?

Talíria Petrone – No caso brasileiro, em especial, apostou-se num modelo de conciliação e de inclusão pelo consumo, que mostrou os seus limites. Uma crise econômica acompanhada de uma crise de legitimidade política, que começou a dar seus sinais ainda em 2013, criou o cenário para que frações da burguesia tomassem o poder por meio de um golpe institucional.

Esse processo se iniciou com o *impeachment* de Dilma [Rousseff], e a derrubada de seu projeto político, pelo Congresso mais conservador desde 1964, com a bancada do boi, da bala e da bíblia. Um golpe que teve como objetivo viabilizar uma agenda

¹ Professora de História e Vereadora do Município de Niterói (RJ) pelo PSOL.

conservadora, com a aprovação da PEC do congelamento dos gastos públicos, a precarização do trabalho pela reforma trabalhista e a ampliação da terceirização, a tentativa de reforma da previdência, e a reforma política. Esta última, apesar de menos comentada, não é menos perigosa, já que coloca em risco a sobrevivência de partidos que não se submeteram ao jogo sujo das campanhas e o fisiologismo do poder.

Esse conjunto de golpes culmina agora na prisão, sem condenação em última instância, do ex-presidente e pré-candidato a presidência Lula, afastando-o das campanhas eleitorais. O seu alvo, porém, é bem mais amplo que um candidato, ou um partido, é toda classe trabalhadora, que, repito, tem gênero, raça, território, e sexualidade e infelizmente está desmobilizada.

A todo este cenário se soma a recente intervenção militar federal no Rio de Janeiro, a ascensão de um discurso conversador e uma barbárie na política, elementos que deixam cada vez mais incerto o futuro institucional do nosso país, seja pelas urnas seja pela manutenção do processo eleitoral. E a resposta a essa ameaça autoritária que nos ronda continua sendo a mesma: a disputa nas ruas com a mobilização da classe concreta.

RCJ – Qual a relação entre Estado de Direito e Estado de Exceção na atualidade?

Talíria Petrone – O Brasil sistematicamente, dentro de um suposto Estado de Direito, convive com exceções que permitem violar permanentemente o direito de alguns.

Se pegarmos o que é o sistema carcerário brasileiro, nós temos mais de 40% dos presos como presos provisórios, que ficam por anos aguardando julgamento, inclusive a maior parte por pequenos delitos. A gente tem a prisão do Rafael Braga, por exemplo, encontrado com Pinho Sol, com denúncias de provas plantadas posteriormente. Tivemos o Exército ocupando a favela da Maré, e a entrada da polícia sem mandado na casa de moradores em diversas operações policiais. Temos os autos de resistência que crescem exponencialmente no Rio de Janeiro, sendo que poucos são investigados, e muito menos têm sua investigação concluída. Boa parte desses assassinatos ocorrem com tiros na nuca e nas costas, fugindo às características de um conflito que justificasse a morte de uma das partes envolvidas.

Temos os territórios de favela e periferia com condições precárias de moradia. Por exemplo, em Niterói, na comunidade do Arroz, localizada no centro da cidade, nós temos casas de pau a pique, que estão sempre ameaçadas de desabamento com as fortes

chuvas. O Estado não chega com investimento e serviços básicos nestes territórios, garantindo direitos. Isso dentro de um Estado de Direito, numa suposta democracia, mas que não chega para um determinado povo que tem cara, que tem cor, que tem território, que tem classe.

RCJ – É possível falar em um processo de escalada autoritária no Brasil ao longo dos últimos anos? Caso positivo, qual o papel do Direito?

Talíria Petrone – Olha, como já tinha tratado anteriormente, nós vivemos aqui uma democracia incompleta, mas que neste momento escorre pelos nossos dedos, o que pode sim ser caracterizado no âmbito de uma escalada autoritária. Mas essa escalada, na minha opinião, tem duas facetas: de um lado ela vem associada a um avanço conservador no Brasil. Nos últimos anos temos visto ganhar força na sociedade um projeto extremamente reacionário e conservador.

Isso obviamente tem destaque na candidatura de um [Jair] Bolsonaro à Presidência, mas esse fenômeno já se expressava de forma geral no crescimento da bancada evangélica. E especificamente em figuras como Marcos Feliciano, que chegou a presidir a Comissão de Direitos Humanos da Câmara de Deputados e com o próprio Eduardo Cunha, que presidiu a Câmara entre 2015 e 2016. Não esqueçamos que nesse período tramitaram projetos como o que dificultava a realização do aborto legal e o que previa a redução da maioria penal, além do próprio *impeachment* da então presidente Dilma Rousseff.

Atualmente nós temos, portanto, figuras públicas distribuídas pelo Brasil, que se consolidam na política a partir de discursos de ódio e, considerando o caráter colonial, racista, patriarcal na nossa sociedade, esse ódio tem direção: nossos jovens negros e negras, mulheres, LGBT's, sem terra, sem teto. São figuras que dialogam com o que há de mais retrógrado na nossa sociedade e vocalizam isso como projeto de poder.

Ao mesmo tempo, esse ódio e esse conservadorismo vêm combinados com um autoritarismo na política, anseios de mais restrições, de mais punições, e de abandono das liberdades democráticas, o que nos leva a uma segunda faceta dessa escalada autoritária, que é um fechamento de regime.

Esse fechamento de regime é legitimado de um lado pelo discurso conservador, que prega que a culpa da crise é de uma “esquerda corrupta e que deu direitos demais para

essas minorias”, e de outro por um Direito que se revela neste momento inteiramente a serviço do capital, excepcionando garantias constitucionais, legitimando a coerção.

É um cenário assustador, no qual ganha força não só um judiciário justiceiro, mas, pior, soluções autoritárias, que passam por enfraquecer ainda mais a nossa já frágil democracia.

RCJ – Como avalia a intervenção federal?

Talíria Petrone – A intervenção na verdade potencializa um modelo de segurança pública que há décadas não dá certo. A intervenção é o aprofundamento da militarização dos territórios, da vida, reforçando a mesma lógica de segurança pública. Este é um primeiro elemento.

A segunda coisa é que, portanto, a solução para este quadro que temos no Rio de Janeiro e no Brasil como um todo é uma reorientação do modelo de segurança pública. Como? Através da desmilitarização, permitindo uma integração das polícias com a carreira única. Com a melhoria das condições de trabalho. Reorientando a lógica repressora do varejo para o enfrentamento dos grandes cartéis de tráfico de drogas, mas em especial legalizando e regulamentando o comércio e consumo de drogas, entendendo-as como tema de saúde pública e não de polícia. Aumentando o orçamento em inteligência, que hoje é ínfimo em relação ao investimento em repressão.

Isso sim seria uma saída para o quadro de segurança pública, ao contrário de seguir criminalizando quem vive em favelas e periferias, precarizando os agentes da segurança pública, numa lógica militarizada que remete aos tempos da ditadura.

Outro elemento é a questão política da intervenção. O Rio de Janeiro é o décimo Estado em índice de homicídios. Não que isso seja pequeno, mas esse dado coloca uma pergunta: Por que escolher o Rio de Janeiro? Isso mostra que a intervenção é uma medida midiática, pensada e implementada pelo PMDB e seus aliados, os mesmos que já estavam à frente do modelo de segurança pública fracassado no Estado do Rio de Janeiro.

O PSOL, partido de que faço parte, ajuizou uma Ação Direta de Inconstitucionalidade contra a medida, por entender que, além dos seus vícios formais, ela terá como resultado o aumento de violações de direitos humanos, especialmente de moradores de favelas e periferias. Isso fica evidente na ação festejada pelos interventores, que resultou na

prisão, sem mandado, de 159 pessoas num sítio em Santa Cruz, sob o pretexto de serem todos milicianos.

RCJ – O recente assassinato da vereadora Marielle Franco (PSOL-RJ) evidenciou uma prática recorrente no Brasil nos últimos anos: mortes de centenas de militantes de direitos humanos: mortes de centenas de militantes de direitos humanos e líderes populares. Poderia se vislumbrar alguma relação entre políticas de segurança pública, instituições estatais e grupos paramilitares?

Talíria Petrone – Em primeiro lugar nós temos que aguardar a apuração da execução brutal da nossa companheira Marielle. Existe uma linha investigativa que aponta para grupos paramilitares, para a milícia, mas isto é ainda uma linha investigativa, e temos que aguardar e pressionar para a conclusão da apuração.

Mas nós sabemos que todo crime organizado tem relação com o Estado e é óbvio que se trata de uma execução política. Uma execução que tem como marcos o que a Marielle representava não só no seu corpo, mas também na sua voz. Marielle mulher, negra, de favela, lésbica, mãe, que ousou enfrentar a relação do Estado com as favelas do Rio de Janeiro, sendo eleita como a quinta vereadora mais votada de uma capital. E que seguiu dando prioridade a denúncias de violações de direitos do povo de favela na sua voz no plenário. Isso é de uma ousadia tamanha.

A Mari tinha visibilidade e estava em ascensão, o que coloca a morte dela como um recado geral relacionado às pautas que defendia.

Assim, independente de qual esfera do poder que tenha vindo a ordem de matar Marielle, o seu tamanho era um incômodo, suas denúncias aos setores que hoje têm privilégio eram um incômodo. Portanto, é óbvio que isso tem relação com a violência policial, com as milícias, mas ainda não podemos afirmar de onde veio a ordem para esses tiros da execução de Marielle e Anderson [Gomes].